

## Poderes têm que trabalhar juntos na crise prisional, diz Toffoli

"Faz muitos anos que Judiciário, Legislativo e Executivo apontam o dedo um para o outro, terceirizando a culpa sobre a crise profunda do sistema prisional brasileiro. Estamos aqui para sinalizar caminhos e encaminhar soluções", afirma o ministro Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal.

Nelson Jr./SCO/STF



Toffoli assina acordo com a ONU para enfrentar superlotação carcerária  
Nelson Jr./SCO/STF

Toffoli discursou nesta terça-feira (27/11) durante assinatura de acordo de cooperação técnica internacional para fortalecimento do monitoramento do sistema carcerário. O acordo foi assinado entre o Conselho Nacional de Justiça, o governo brasileiro e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNud).

“Não se pretende agir sozinho: o objetivo é fazer em parceria com os demais poderes”, disse o ministro. Para ele, o Judiciário “está fazendo o dever de casa”. O acordo faz parte da agenda 20-30 da ONU, especificamente o objetivo 16, cuja proposta é “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”.

Entre as ações previstas no acordo de cooperação, está o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (Seeu), que centralizará todos os processos de execução penal do Brasil. Segundo Toffoli, a ideia é acabar com os processos em papel, que resultam em abandono dos casos e, conseqüentemente, dos presos.

### Superlotação

Neste plano, de acordo com Toffoli, há três ações específicas se destacam. Segundo ele, as ações levam “alento” a um quadro que o STF definiu como “estado de coisas inconstitucional”.



Na primeira, o CNJ vai apoiar os Estados na implementação das centrais de alternativas penais e das centrais de monitoramento eletrônico. “Hoje, grande parte do recurso repassado pelo Governo Federal fica parado nas contas estaduais, com dificuldades de execução, por diversas razões. Agora, o problema será diagnosticado e haverá soluções em uma parceria não apenas entre Judiciário e Executivo em nível nacional, mas também em cada unidade da federação”, disse.

Em outra ação, haverá a atuação para a expansão e qualificação das audiências de custódia. “O STF já determinou que toda pessoa presa em flagrante deve ser apresentada ao juiz no prazo de 24 horas. O CNJ editou uma Resolução bastante minuciosa buscando orientar os Tribunais sobre a realização dessas audiências. A partir de agora, trabalharemos diariamente, com o Pnud, para assegurar o cumprimento dessas determinações, de modo que todas as pessoas tenham esse direito assegurado e ninguém fique mais preso desnecessariamente, com impacto, inclusive, para os cofres públicos”, explicou.

### **Controle Efetivo**

Na terceira ação, o CNJ buscará implantar “Centrais de Vagas” nos Tribunais. Serão instâncias de controle efetivo das portas de entrada e saída do sistema carcerário, garantindo uma ocupação mais racional dos espaços prisionais. “A metodologia e a forma de execução levarão em conta as peculiaridades de cada Estado, e os critérios para essa iniciativa serão desenhados em parceria pelo CNJ com Pnud, alcançando os atores locais e fazendo deles protagonistas nessa iniciativa”, pontuou Toffoli.

Clique [aqui](#) para ler o discurso de Toffoli.

### **Date Created**

27/11/2018